

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	13
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	14
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	15
2.5 Medições não contábeis	16
2.6 Eventos subsequentes as DFs	17
2.7 Destinação de resultados	18
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	19
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	20
2.10 Planos de negócios	21
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	24
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	25
5.2 Descrição dos controles internos	33
5.3 Programa de integridade	35
5.4 Alterações significativas	38
5.5 Outras informações relevantes	40

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 - Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

a.1. condições financeiras e patrimoniais gerais em 2023

A MRS Logística atua no transporte de minério de ferro, carvão e coque, classificados no grupo de Mineração e no transporte de Carga Geral, que engloba as *commodities* agrícolas, produtos siderúrgicos, celulose, entre outros. A Companhia teve 197,5 milhões de toneladas transportadas, encerrando o ano de 2023 com recorde no volume total transportado, registrando incremento de 10,8% frente ao ano de 2022. O transporte de mineração foi o melhor dos últimos 5 anos, finalizando o ano de 2023 com 122,1 milhões de toneladas, principalmente no minério destinado à exportação, com aumento de 15,1% e o de Carga Geral, como o melhor da história da Companhia, finalizando com 75,4 milhões de toneladas, com destaque para o transporte de produtos agrícolas, que encerrou o período com 50,2 milhões de toneladas.

Os diretores também informam que, em 2023, o *Transit Time* do minério de ferro, indicador que calcula o tempo de transporte (da origem até o destino) da principal carga da Companhia, apresentou aumento de 21,53 horas, contra 19,32 horas, de 2022. Esse resultado ficou em direção oposta ao volume total transportado que encerrou o ano de 2023 com recorde, conforme informado anteriormente neste item. O resultado desfavorável do *Transit Time* foi impactado pela limitação de capacidade de atendimento pela MRS causada pela fuga de aterro do km 033 na Ferrovia do Aço. Ressalta-se que o impacto do modelo de circulação, vigente desde 2020 para atendimento ao terminal do Andaime por meio da operação do TNT (Trem Não Tripulado), continua presente na circulação dos trens da MRS, por meio do modelo do trem transpor a Zona de Auto Salvamento (ZAS) da Barragem Forquilha III, de forma não tripulada, por meio do cumprimento de protocolos técnico e de segurança que reduzem a velocidade média da composição.

Em 2023, a Companhia realizou investimentos na ordem de R\$ 1.807,1 milhões, retração de 13,8% do total alocado em 2022. A Companhia destaca que, aproximadamente, 27,2%, isto é, R\$ 491,0 milhões, foram destinados ao desenvolvimento de projetos de engenharia e obras que visam atender aos requisitos obrigatórios da renovação da Concessão, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade, com inovação e modernização para o serviço público ferroviário.

Os diretores apresentam na tabela abaixo os principais indicadores financeiros da MRS em 2023 e a sua comparação com 2022.

Resultados	2023	2022	2023 vs 2022
Receita Bruta (R\$ milhões)	6.873,0	6.029,4	14,0%
Receita Líquida (R\$ milhões)	6.449,1	5.592,1	15,3%
EBITDA (R\$ milhões)	3.429,3	2.844,9	20,5%
Margem EBITDA (%)	53,2%	50,9%	2,3pp
Lucro Líquido (R\$ milhões)	1.200,1	874,2	37,3%
Dívida Líquida/EBITDA¹ (x)	1,0x	1,2x	-0,2x
Tarifa Média Líquida (R\$/ton)	32,7	31,4	4,1%

A Receita Líquida da Companhia, em 2023, foi de R\$ 6.449,1 milhões, incremento de R\$ 857,0 milhões (+15,3%) em comparação ao ano de 2022. O transporte de Minério de Ferro contribui com aproximadamente 60,7% do volume de transporte e encerrou o ano com 120,0 Mt transportadas.

O EBITDA da Companhia apresentou resultado de R\$ 3.429,3 milhões, 20,5% de aumento em comparação com o ano de 2022.

A MRS encerra o ano de 2023 com Lucro Líquido de R\$ 1.200,1 milhões, que representou uma expansão de 37,30% em relação ao verificado em 2022. Os diretores esclarecem que este resultado alcançado em 2023 refletiu o aumento do volume transportado, parcialmente compensados pelo aumento de R\$ 301,7 milhões referentes aos custos e despesas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O índice de endividamento da Companhia medido pela relação Dívida Líquida/EBITDA apresentou redução na comparação com 2022, encerrando 2023 em 1,0x, reflexo, principalmente, com a captação realizada em outubro de 2023, por meio da 11ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 2,0 bilhões, associado ao foco sustentável na gestão de recursos, principalmente no controle da alavancagem financeira.

A Companhia possui nota de classificação de risco (*rating*) atribuída pelas agências de classificação de risco Standard & Poor's (S&P) e Fitch Ratings (Fitch). Em 2023, ambas as agências reafirmaram os *ratings* da Companhia que são 'brAAA' pela S&P e 'brAAA' pela Fitch. Na avaliação do *rating* global pela S&P (limitada ao soberano), tivemos uma melhora na avaliação em 2023, saindo de BB- para BB.

b. estrutura de capital:

A Companhia busca sempre a otimização de sua estrutura de capital com ênfase na redução de custos financeiros. A tabela, abaixo, resume a estrutura de capital da Companhia e apresenta o padrão de financiamento de suas operações:

Em R\$ Milhões	2023
Patimônio Líquido (PL)	6.385,8
Capital de Terceiros (CT)	11.669,0
Passivo Circulante	3.332,2
Passivo Não Circulante	8.336,8
Participação do Capital Próprio (PL)	35%
Participação do Capital de Terceiros (CT)	65%

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Observando o endividamento, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, os diretores acreditam que a Companhia tem liquidez e recursos de capital suficientes, além de condições de, se necessário, obter novos recursos junto a instituições financeiras públicas e privadas ou no mercado de capitais, de forma a cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possam garantir que tal situação permanecerá inalterada. Os resultados dos principais indicadores de capacidade de pagamento de dívida utilizados pela Companhia são detalhados no item 2.1.f (iv) abaixo.

Os diretores da Companhia entendem que, em condições normais de mercado, a sólida geração de caixa confere à Companhia margem de conforto para honrar todas as obrigações existentes.

Os diretores destacam que as análises de dois importantes indicadores são relevantes para garantir a capacidade de pagamento da Companhia, quais sejam:

- (i) O indicador Dívida Líquida/EBITDA, ficou em 1,0x em 2023. A Companhia cumpriu o *covenant* estabelecido com seus credores; e
- (ii) O indicador EBITDA/Despesa Financeira Líquida, que em 2023 foi de 6,0x. A Companhia, também, cumpriu este *covenant* firmado junto aos credores.

Os diretores ressaltam ainda que a Companhia possui os seguintes mecanismos de proteção contratual, que garantem um fluxo de receita mínimo anual, conforme acordado nos contratos com seus clientes cativos, que são também os controladores da Companhia:

- (i) *Take or Pay*: prevê o pagamento de um valor mínimo por ano à MRS, tendo por base um volume acordado entre a Companhia e referido cliente, independentemente de o transporte ter ocorrido.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- (ii) Gatilho: prevê reajuste na tarifa cobrada do cliente a fim de repassar um eventual aumento no custo do óleo diesel, combustível utilizado nas locomotivas e um dos principais custos da Companhia.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, os diretores informam que as fontes de recursos utilizadas pela Companhia para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes foram a geração de caixa operacional, empréstimos e financiamentos e emissão de valores mobiliários no mercado de capitais.

A esse respeito, os diretores acrescentam que a Companhia utiliza linhas bancárias de longo prazo, bem como analisa constantemente as opções de financiamento via mercado de capitais, já tendo realizado 11 (onze) emissões de debêntures desde a sua criação. No ano de 2023, além de acessar o mercado de capitais para realizar a sua 11ª emissão de Debêntures a Companhia captou recursos bilateralmente utilizando linhas de NCE (Nota de Crédito à Exportação) com Banco Safra, 4131 com MUFG (Mitsubishi UFJ Financial Group, Inc.) e Trading Financing (ECA - *Export Credit Agency*) com Banco Citibank e SERV (*Swiss Export Risk Insurance*).

Os diretores destacam, ainda, que a MRS está inserida no setor de infraestrutura, considerado estratégico na visão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Desta forma, a Companhia consegue financiar seus investimentos em via permanente, vagões e locomotivas com linhas específicas deste banco, com taxas de juros e prazos de pagamento compatíveis com a característica de longa maturação deste tipo de investimento.

Em relação ao financiamento para capital de giro, os diretores destacam que a Companhia auferi prazo médio de recebimento curto, possuindo forte geração de caixa e, por isso, os financiamentos com a finalidade de fortalecer o capital de giro quase não são utilizados. Em contrapartida, os diretores acreditam que a Companhia busca sempre as melhores oportunidades no mercado para alongar o prazo médio de sua dívida e reduzir seu custo financeiro. Desta forma, na opinião dos diretores, as fontes de financiamento que não são atreladas aos investimentos da Companhia foram tomadas para melhoria do perfil da sua dívida.

Para informações mais detalhadas sobre as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia consulte o item 2.1.f (i) deste documento.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

A diretoria da MRS entende que, caso ocorram deficiências de liquidez, poderão ser utilizadas fontes bancárias de prazo mais longo ou ainda operações via mercado de capitais.

O detalhamento das informações a respeito dos limites dos financiamentos já contratados encontra-se disponível no item 2.1.g abaixo.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

A tabela a seguir demonstra o nível de endividamento, considerando o passivo circulante e não circulante:

Em R\$ Milhões	2023
Passivo Circulante	3.332,2
Passivo Não Circulante	8.336,8

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As informações do endividamento apresentadas no quadro a seguir dizem respeito apenas ao passivo oneroso, diferente do apresentado na tabela imediatamente anterior.

Endividamento	2023	
	R\$ MM	%
Dívida Curto Prazo	1.015,6	14,5%
Dívida Longo Prazo	5.998,8	85,5%
Total Dívida Bruta	7.014,4	100,0%

I - Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Os diretores informam que os empréstimos e financiamentos da Companhia totalizaram R\$ 7.014 milhões em 2023, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Valores em R\$ milhões	
Empréstimos e Financiamentos Relevantes	2023
Debêntures	4.760,8
BNDES	871,1
Nota promissória	662,9
MUFG	405,4
ECA	103,3
Safra	211,0
Total	7.014,4

II - Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os diretores informam que não há outras relações de longo prazo entre a Companhia e instituições financeiras que não estejam descritas no item I acima.

III - Grau de subordinação entre as dívidas

Os diretores informam que não foram estabelecidas cláusulas de subordinação entre as dívidas da Companhia, sendo o grau de subordinação entre elas determinado pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 11.101/2005. Porém, para algumas das dívidas pendentes tomadas pela Companhia foram constituídas garantias específicas (o que pode afetar a posição dos respectivos créditos no âmbito de eventual concurso de credores, nos termos da legislação em vigor), quais sejam:

1) BNDES (DULC/FINEM):¹

- Penhor de recebíveis (contratos de prestação de serviços);
- Cessão de 90% do “Direito à Indenização por Rescisão” relativa ao eventual término antecipado do Contrato de Concessão e/ou do Contrato de Arrendamento.

2) BNDES (operações de FINAME e FINEM) para a aquisição de material rodante, vagões e locomotivas:

- Penhor dos bens financiados (vagões e/ou locomotivas).

¹ As garantias foram revistas e algumas que eram previstas originalmente foram retiradas dos contratos com o Banco.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

3) ECA - SERV (*Swiss Export Risk Insurance*) para a aquisição de equipamentos de manutenção de via permanente:

- Penhor dos bens financiados (os equipamentos de manutenção de via permanente).

4) Outros financiamentos (incluindo a 7ª, a 9ª, a 10ª e a 11ª Emissões de Debêntures e Notas Promissórias):

- Operações sem garantia.

IV - eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os diretores informam abaixo os contratos financeiros que possuem cláusulas contratuais restritivas (*covenants*):

Contratos	Indicadores	2023
BNDES	- Dívida Líquida/EBITDA	<= 4,5
Banco de Tokyo (MUFG)	- Dívida Líquida/EBITDA	<=3,5
Nota Promissória	- Dívida Líquida/EBITDA	<=3,5
Debêntures 7	- Dívida Líquida/EBITDA	<= 3,0
	- EBITDA/Desp. Fin. Líquidas	>2,0 ou <0
Debêntures 9	- Dívida Líquida/EBITDA	<= 3,5
Debêntures 10	- Dívida Líquida/EBITDA	<= 3,5
Debêntures 11	- Dívida Líquida/EBITDA	<= 3,5
ECA Citibank	- Dívida Líquida/EBITDA	<= 4,5
SAFRA	- Dívida Líquida/EBITDA	<= 3,5

As quatro emissões de debêntures ativas da Companhia (7ª, 9ª, 10ª e 11ª emissões) possuem as seguintes restrições e, além dos *covenants* financeiros listados na tabela acima:

(a) Debêntures 7ª Emissão:

(i) Restrição à alienação de ativos imposta somente a ativos permanentes que representem em um período de 12 meses, de forma individual ou agregada, valor igual ou superior a R\$ 100.000.000,00, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação.

(ii) Restrição ao pagamento de dividendos, caso a Companhia esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures, previsto no estatuto social da Emissora, que não tenham sido declarados até a data de celebração da Escritura de Emissão, ressalvando o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

(vi) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas;

(b) Debêntures 9ª Emissão:

(i) Restrição à alienação de ativos não-circulantes que representem valor igual ou superior a 15% (quinze por cento) dos ativos não-circulantes, em relação às demonstrações financeiras auditadas e consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, atualizado monetariamente pelo IPCA na menor periodicidade permitida pela lei, a partir da Data de Emissão, ou seu equivalente em outras moedas, exceto em caso de: (i) alienação ou permuta de bens, quando realizada com a finalidade única e exclusiva de substituição do referido bem ou no caso de obsolescência do referido bem para o curso regular dos negócios; (ii) alienações em razão da renovação da Concessão,

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

desde que não impacte negativamente o EBITDA da Emissora; ou (iii) se previamente autorizado pelo Agente Fiduciário.

(ii) Restrição ao pagamento de dividendos, caso a Companhia esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures ou tenha ocorrido e esteja vigente qualquer Evento de Vencimento Antecipado, previsto no estatuto social vigente da Emissora, que não tenha sido declarada até a data de celebração da Escritura de Emissão, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

(iii) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, local ou internacional, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), atualizado monetariamente pelo IPCA na menor periodicidade permitida por lei, a partir da Data de Emissão, ou seu equivalente em outras moedas, exceto no caso de vencimento antecipado das debêntures objeto da 7ª (sétima) e 8ª (oitava) emissões da Emissora, fundamentado pela verificação de descumprimento, pela Emissora, dos índices financeiros previstos nas escrituras das referidas emissões, exclusivamente, em razão dos eventuais impactos contábeis decorrentes da adoção do novo padrão contábil trazido pela IFRS 16.

(c) Debêntures 10ª Emissão:

(i) Restrição à alienação de ativos não-circulantes que representem valor igual ou superior a 15% (quinze por cento) dos ativos não-circulantes, em relação às demonstrações financeiras auditadas e consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, atualizado monetariamente pelo IPCA na menor periodicidade permitida pela lei, a partir da Data de Emissão, ou seu equivalente em outras moedas, exceto em caso de: (i) alienação ou permuta de bens, quando realizada com a finalidade única e exclusiva de substituição do referido bem ou no caso de obsolescência do referido bem para o curso regular dos negócios; (ii) alienações em razão da renovação da Concessão, desde que não impacte negativamente o EBITDA da Emissora; ou (iii) se previamente autorizado pelo Agente Fiduciário.

(ii) Restrição ao pagamento de dividendos, caso a Companhia esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures ou tenha ocorrido e esteja vigente qualquer Evento de Vencimento Antecipado, previsto no estatuto social vigente da Emissora, que não tenha sido declarada até a data de celebração da Escritura de Emissão, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

(iii) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, local ou internacional, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), atualizado monetariamente pelo IPCA na menor periodicidade permitida por lei, a partir da Data de Emissão, ou seu equivalente em outras moedas, exceto no caso de vencimento antecipado das debêntures objeto da 7ª (sétima), 8ª (oitava) e 9ª (nona) emissões da Emissora, fundamentado pela verificação de descumprimento, pela Emissora, dos índices financeiros previstos nas escrituras das referidas emissões, exclusivamente, em razão dos eventuais impactos contábeis decorrentes da adoção do novo padrão contábil, como, por exemplo, aquele trazido pela IFRS 16.

(d) Debêntures 11ª Emissão:

(i) Restrição à alienação, pela Emissora, de ativos não-circulantes que representem, de forma individual ou agregada, valor igual ou superior a 15% (quinze por cento) dos ativos não-circulantes da Emissora, em relação às demonstrações financeiras auditadas e consolidadas da Emissora, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro do ano imediatamente anterior, atualizado monetariamente pelo IPCA na menor periodicidade permitida pela lei, a partir da Data de Emissão, ou seu equivalente em outras moedas, exceto em caso de: (i) alienação ou permuta de bens, quando realizada com a finalidade única e exclusiva de substituição do referido bem ou no caso de obsolescência do referido bem para o curso regular dos negócios; ou; (ii) alienações em razão da renovação da Concessão; ou (iii) se previamente autorizado pelo Agente Fiduciário.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(ii) Restrição ao pagamento de dividendos, caso a Companhia esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures ou tenha ocorrido e esteja vigente qualquer Evento de Vencimento Antecipado, previsto no estatuto social vigente da Emissora, que não tenha sido declarada até a data de celebração da Escritura de Emissão, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

(iii) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, local ou internacional, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 260.000.000,00 (duzentos e sessenta milhões de reais), atualizado monetariamente pelo IPCA na menor periodicidade permitida por lei, a partir da Data de Emissão, ou seu equivalente em outras moedas.

Os diretores informam que no exercício social encerrado em 2023, a Companhia cumpriu os covenants financeiros e as demais restrições estabelecidas pelos credores, tendo fechado o exercício de 2023 com o indicador alavancagem financeira em 1,1x e com o indicador de EBITDA / Resultado Financeiro Líquido em 6,0x.

Além das restrições acima, a 7ª emissão de debêntures da Companhia possui cláusulas de vencimento antecipado automático relacionadas ao rebaixamento da classificação de risco da Companhia em 2 ou mais *notches* em relação ao *rating* na data de emissão das debêntures. As debêntures da 9ª, 10ª e 11ª emissões não possuem cláusula de vencimento antecipado automático relacionado ao rebaixamento da classificação de risco da Companhia. A diretoria informa, ainda, que não houve eventos de vencimento antecipado de suas dívidas no exercício social encerrado em dezembro de 2023.

A seguir, apresentamos os contratos de empréstimo e financiamento relevantes que possuem cláusula de vencimento antecipado cruzado (“*cross-default*”) e seus respectivos valores, bem como o percentual do seu endividamento financeiro que está sujeito a tal cláusula:

Dívida	Saldo R\$ milhões	% Total
7ª Emissão de Debêntures	247,4	3,5%
9ª Emissão de Debêntures	626,3	8,9%
10ª Emissão de Debêntures	1.667,3	23,8%
11ª Emissão de Debêntures	2.219,8	31,6%
Nota Promissória	662,9	9,5%
Bilaterais MUFG	405,4	5,8%
Demais	1.185,3	16,9%
Total	7.014,4	100%

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

A Diretoria da Companhia informa que, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não tem limites de financiamento já contratados e não utilizados, conforme tabela do item 2.1 (f) (i).

h. alterações significativas em cada item das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As tabelas abaixo apresentam a demonstração do resultado do exercício e o fluxo de caixa do último exercício social, com suas respectivas análises verticais e horizontais. A seguir, a Companhia destaca as principais variações ocorridas nos referidos documentos:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

MRS LOGÍSTICA S.A.					
COMPARATIVO DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS DE 2023 E 2022					
(Em milhões de reais)					
	2023	% Vertical	2022	% Vertical	% Horizontal 2022/2023
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	6.449,1	100,0%	5.592,1	100,0%	15,3%
Custo dos serviços prestados	(3.456,9)	-53,6%	(3.475,3)	-62,1%	-0,5%
LUCRO BRUTO	2.992,2	46,4%	2.116,8	37,9%	41,4%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	(22,8)	-0,4%	(15,4)	-0,3%	48,1%
Despesas gerais e administrativas	(510,8)	-7,9%	(341,5)	-6,1%	49,6%
Outras receitas/(despesas) operacionais	59,3	0,9%	30,3	0,5%	95,7%
LUCRO OPERACIONAL	2.517,9	39,0%	1.790,2	32,0%	40,6%
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	361,5	5,6%	505,7	9,0%	-28,5%
Despesas financeiras	(1.101,9)	-17,1%	(1.066,9)	-19,1%	3,3%
	(740,4)	-11,5%	(561,2)	-10,0%	31,9%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	1.777,5	27,6%	1.229,0	22,0%	44,6%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente	(422,2)	-6,5%	(373,9)	-6,7%	12,9%
Diferido	(155,2)	-2,4%	19,1	0,3%	-912,6%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.200,1	18,6%	874,2	15,6%	37,3%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

MRS LOGÍSTICA S.A.					
COMPARATIVO DAS DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS DE 2022 E 2023 ((Em milhões de reais))					
	2023	% Vertical	2022	% Vertical	% Horizontal 2022/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro Líquido antes do IR e CSLL	1.777,6	70,6%	1.229,0	-126,7%	44,6%
Resultado na alienação do imobilizado e intangível	(3,1)	-0,1%	(0,2)	0,0%	1887,2%
Depreciação e Amortização	911,3	36,2%	1.054,7	-108,8%	-13,6%
Variação monetária/cambial e encargos financeiros	969,1	38,5%	742,5	-76,6%	30,5%
Valor Residual do Imobilizado/ Invest. Perm. Baixado	43,3	1,7%	30,1	-3,1%	43,7%
Provisão (Reversão)	(27,9)	-1,1%	(3,4)	0,4%	714,6%
Amortização Despesa Antecipada	42,1	1,7%	31,6	-3,3%	33,0%
Provisão (Reversão) p/ Baixa de Ativos	17,7	0,7%	(2,3)	0,2%	-866,9%
Provisões (reversões) de perdas e créditos esperadas e provisão de estoques	(0,5)	0,0%	(0,3)	0,0%	45,8%
Provisão de juros de créditos tributários	-	0,0%	(18,1)	1,9%	-100,0%
Tributos diferidos	-	0,0%	0,9	-0,1%	-100,0%
Outros	0,4	0,0%	0,2	0,0%	70,9%
	<u>3.730,0</u>	<u>148,1%</u>	<u>3.064,7</u>	<u>-316,0%</u>	<u>21,7%</u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais					
Contas a Receber	108,1	4,3%	(6,6)	0,7%	-1737,9%
Estoques	(58,9)	-2,3%	(15,7)	1,6%	274,4%
Tributos a Recuperar	83,7	3,3%	(124,4)	12,8%	-167,3%
Despesas Antecipadas	(34,2)	-1,4%	(47,0)	4,8%	-27,2%
Adiantamentos	(71,8)	-2,9%	14,5	-1,5%	-594,8%
Outros Ativos	29,3	1,2%	2,0	-0,2%	1401,8%
Caixa Restrito	(1,2)	0,0%	(1,1)	0,1%	100,0%
(Aumento) redução nos passivos operacionais					
Concessão a Pagar	-	0,0%	(8,4)	0,9%	-100,0%
Fornecedores	364,9	14,5%	(65,3)	6,7%	-658,8%
Obrigações Fiscais	75,7	3,0%	(16,7)	1,7%	-553,3%
Obrigações Sociais e Trabalhistas	7,0	0,3%	38,3	-3,9%	-81,7%
Provisões/Reversões	-	0,0%	(0,6)	0,1%	-100,0%
Adiantamento de clientes	(0,3)	0,0%	(2,3)	0,2%	-86,8%
Outras Obrigações	178,0	7,1%	(106,3)	11,0%	-267,4%
Caixa gerado pelas operações	<u>4.410,3</u>	<u>175,1%</u>	<u>2.725,1</u>	<u>-281,0%</u>	<u>61,8%</u>
Pagamento de tributos sobre o lucro	(257,3)	-10,2%	(385,8)	39,8%	-33,3%
Pagamento juros sobre empréstimos e financiamentos	(99,7)	-4,0%	(48,0)	4,9%	107,9%
Pagamento de juros de arrendamento	(214,3)	-8,5%	(196,3)	20,2%	9,2%
Pagamento Juros Debêntures	(216,6)	-8,6%	(222,9)	23,0%	-2,8%
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>3.622,4</u>	<u>143,8%</u>	<u>1.872,2</u>	<u>-193,1%</u>	<u>93,5%</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Adições de Imobilizado	(1.719,3)	-68,3%	(1.762,2)	181,7%	-2,4%
Adições de Intangível	(225,4)	-8,9%	(76,4)	7,9%	194,9%
Recursos provenientes da alienação de bens do Imobilizado/Intangível	6,5	0,3%	0,4	0,0%	1347,7%
Caixa líquido atividades de investimento	<u>(1.938,2)</u>	<u>-76,9%</u>	<u>(1.838,2)</u>	<u>189,6%</u>	<u>5,4%</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação Empréstimos e Financiamentos	688,3	27,3%	618,1	-63,7%	11,4%
Pagamento empréstimos e financiamentos/instrumentos financeiros derivativos	(770,4)	-30,6%	(482,8)	49,8%	59,6%
Adição de Debêntures	1.907,7	75,7%	-	0,0%	100,0%
Pagamento de Debêntures	(254,6)	-10,1%	(421,6)	43,5%	-39,6%
Pagamentos Arrendamento Mercantil	(485,3)	-19,3%	(551,3)	56,9%	-12,0%
Ações em Tesouraria	(43,4)	-1,7%	-	0,0%	-100,0%
Dividendos Pagos	(207,6)	-8,2%	(166,2)	17,1%	24,9%
Caixa gerado pelas operações de financiamento	<u>834,7</u>	<u>33,1%</u>	<u>(1.003,8)</u>	<u>103,5%</u>	<u>-183,2%</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	<u>2.518,9</u>	<u>100,0%</u>	<u>(969,7)</u>	<u>100,0%</u>	<u>-359,7%</u>
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes					
Saldo inicial	866,9		1.836,6		-52,8%
Saldo final	3.385,8		866,9		290,6%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Análise da Demonstração do Resultado para o Exercício Social de 2023 versus 2022

Receita líquida de serviços

A receita líquida, conforme informa a diretoria, apresentou um incremento de 15,3%, R\$ 857 milhões, comparado com o ano de 2022. Esse aumento foi ocasionado pelo acréscimo do transporte de minério de ferro destinado à exportação e pelo bom desempenho do transporte de carga geral.

Lucro bruto

A administração comunica que o lucro bruto de 2023 foi 41,4% superior ao ano de 2022. Esse resultado foi decorrente do aumento da receita líquida e redução dos custos operacionais.

Despesas com Vendas

Em 2023 a despesa com vendas, conforme informa a diretoria, teve um aumento de R\$ 7,4 milhões, representando uma elevação de 48,1% em comparação ao ano anterior. Esse resultado deve-se, principalmente, ao reajuste salarial e aumento da provisão de perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa.

Despesas Gerais e Administrativas

A diretoria esclarece que o aumento de 49,6%, quando comparado ao ano anterior, decorre do reajuste do Acordo Coletivo de Trabalho e gastos com serviços de terceiros relacionados à tecnologia da informação.

Outras receitas/despesas operacionais

O resultado líquido da rubrica de “outras receitas/ despesas operacionais” apresentou um incremento de R\$ 29,0 milhões, conforme declara os diretores, devido ao acréscimo das receitas com mecanismos de proteção compensando o aumento dos valores decorrentes do estorno legal de ICMS e execuções processuais.

Lucro operacional

A diretoria informa que o lucro operacional apresentou um aumento de 40,6% em razão dos itens já mencionados anteriormente.

Receitas/Despesas financeiras

Houve um acréscimo de R\$179,2 milhões no resultado financeiro, conforme esclarece a diretoria, devido ao volume representativo de captações realizadas no decorrer de 2023.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido gerado pela Companhia em 2023 foi de R\$1.200,1 milhões, 37,3% superior ao registrado no ano anterior. Essa variação foi decorrente, principalmente, do aumento da receita líquida, além dos outros efeitos já mencionados acima.

Análise da Demonstração do Fluxo de Caixa de 2023 versus 2022

Aumento (Redução) do saldo de caixa e equivalente de caixa

A diretoria comunica que houve um aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa no ano de 2023 no valor de R\$2.518,9 milhões devido, principalmente, ao aumento no volume de captações apresentados nas atividades de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

financiamento em comparação ao registrado no período anterior.

Ajustes do Lucro Líquido que não geram caixa

O lucro líquido antes das deduções do IR e CSLL foi maior em 2023 por conta dos fatores já mencionados na análise da demonstração do resultado e que resultaram no aumento do lucro

Em relação aos ajustes no lucro líquido que não geram efeito caixa, decorrentes de provisões, depreciação, dentre outros, no valor total de R\$1.952,4 milhões em 2023 e R\$1.835,8 milhões em 2022 (variação de R\$116,6 milhões), a diretoria informa que o principal motivo da variação se refere ao aumento de R\$226,6 milhões nos saldos da linha de variação monetária/cambial e encargos financeiros em função do aumento do saldo das dívidas nas atividades de financiamentos em 2023, compensado, em parte, pela redução nas despesas com depreciação e amortização em função da prorrogação da vigência do contrato de concessão que alongou a vida útil do ativo de direito de uso vinculado a este contrato.

Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

Houve um aumento de 93,5% no fluxo de caixa das atividades operacionais em 2023 superior ao registrado no ano anterior devido aos seguintes fatores:

- Contas a Receber

A variação de 1.737,9% em 2023 com relação a 2022 nos saldos de contas a receber foi reflexo dos recebimentos em 2023, das indenizações por conta da revisão dos volumes mínimos transportados previstos no contrato original de prestação de serviço de transporte ferroviário, firmados com partes relacionadas, sendo o principal, o recebimento da última parcela do 4º Termo Aditivo no valor de R\$106.091 com a Vale.

- **Fornecedores**

A variação de 658,8% em 2023 com relação a 2022 nos fornecedores foi reflexo do menor volume de aquisições de imobilizado e intangível a prazo, em contrapartida do aumento nos pagamentos dos investimentos de anos anteriores.

- **Tributos a Recuperar**

A variação de 167,3% em 2023 nos tributos a recuperar foi reflexo das compensações de impostos federais a pagar, incluindo IR e CSLL tendo como contrapartida a diminuição no pagamento de tributos sobre o lucro em 2023, utilizando os créditos de PIS e COFINS a compensar, habilitados e reconhecidos em 2022.

- **Outras Obrigações**

A variação de 267,4% em 2023 em outras obrigações é reflexo do reconhecimento das obrigações contratuais regulatórias decorrentes da assinatura do 4º Termo Aditivo ao contrato de concessão. Estas obrigações referem-se à disponibilização de recursos financeiros para preservação da memória ferroviária e desenvolvimento tecnológico e foram reconhecidas a valor presente em contrapartida do ativo intangível em 2023.

- **Pagamento de tributos sobre o lucro**

A redução de 33,3% em 2023 no pagamento de tributos sobre o lucro foi reflexo da utilização dos créditos de PIS e COFINS a compensar, habilitados e reconhecidos em 2022, conforme explicado em tributos a recuperar.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

A diretoria comunica que houve um aumento de 5,4% no fluxo de caixa das atividades de investimento em 2023 devido, principalmente, às adições do ativo intangível, em função do reconhecimento dos direitos da concessão, conforme mencionado no item “Outras obrigações”.

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

A diretoria comunica que houve uma variação de 183,2% no fluxo de caixa das atividades de financiamento em 2023, percentual inferior ao registrado no ano anterior devido a captação líquida da 11ª emissão de debêntures de R\$ 1,9 bilhão. Adicionalmente, os pagamentos de empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamentos foram realizados dentro da expectativa e prazos de amortização planejados no fluxo de caixa da Companhia.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 - Os diretores devem comentar:

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os diretores informam que a receita da Companhia advém, prioritariamente, no último exercício social, da prestação do serviço de transporte ferroviário de carga que é composto basicamente por: (i) frete; (ii) partilha de frete; e (iii) receitas acessórias vinculadas ao frete tais como manobra, descarga, transbordo, entre outras.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Segundo os diretores, o resultado da Companhia foi impactado pelos seguintes eventos ocorridos no último exercício social:

Receita Líquida:

A receita líquida teve um acréscimo de 15,3% quando comparado com o ano anterior. Esse incremento foi decorrente, principalmente, do período positivo para o minério destinado à exportação, com crescimento de 18,6% quando comparado ao ano anterior. O bom desempenho operacional da Companhia relacionado a outras cargas também contribuiu para o aumento da receita.

Exercício de Cláusula de Garantia de Receitas e Volumes Anuais:

Em 2023 houve o recebimento de R\$391,4 milhões decorrente das cláusulas contratuais de mecanismos de proteção de receita. Esses valores, a depender de sua natureza, foram registrados em “Receitas bruta de serviços” ou “Outras receitas operacionais”.

No ano de 2023 foi reconhecido o montante de R\$228,9 milhões em “Outras receitas operacionais” e dedução de R\$86,6 milhões na “Receita bruta de serviços”, decorrentes das cláusulas contratuais de mecanismo de proteção de receita.

b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Os diretores informam que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, não houve variação extraordinária na receita bruta.

c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os diretores confirmam que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não sofreu impactos extraordinários causados pelos itens mencionados acima.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 - Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Em 2023, a Companhia não alterou nenhuma prática contábil em relação às práticas adotadas em exercícios anteriores.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no Relatório do Auditor Independente

As demonstrações contábeis da MRS Logística S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram examinadas pela Deloitte Touche Tohmatsu que, sobre elas, emitiram parecer datado de 20 de março de 2024, sem ressalvas e sem ênfases.

A diretoria entende que não existem aspectos relevantes que mereçam comentários adicionais.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 - Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Os diretores informam que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 não houve introdução de segmento operacional na Companhia. Conforme informado no item 1.3, b), a MRS possui o transporte de carga como único segmento operacional e não ocorreram alterações nesse segmento.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A Companhia informa que a Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2023, aprovou a aquisição, pela Companhia, das seguintes quantidades de ações: (a) 1.122.486 ações ordinárias; (b) 488.108 ações preferenciais classe A; e (c) 412.387 ações preferenciais classe B, perfazendo o total de 2.022.981 equivalente a 0,59% do total de ações emitidas pela Companhia, pertencentes ao Clube de Investimentos dos Ferroviários da Sudfer ("Clube Sudfer"). Posteriormente, em dezembro de 2023, a Companhia realizou o processo de cancelamento das 2.022.981 ações, sem alteração do valor do seu capital social. Os efeitos de aquisição e cancelamento transitaram no patrimônio líquido como "Ações em tesouraria" e "Reservas de lucro".

Importante ressaltar, que essa movimentação de ações não gerou efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

c. eventos ou operações não usuais

Informamos que no último exercício social não ocorreram eventos ou operações não usuais.

2.5 Medições não contábeis

2.5 - Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

O EBITDA, ou LAJIDA (Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização), é calculado adicionando-se ao lucro líquido os tributos sobre o lucro, as despesas financeiras líquidas (receitas financeiras subtraídas das despesas financeiras), a depreciação e a amortização. O EBITDA não é uma medida de acordo com princípios e práticas contábeis adotados no Brasil (“BR GAAP”), não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional ou como substituto para o fluxo de caixa como indicador de liquidez.

a. informar o valor das medições não contábeis

Em 2023, o EBITDA apresentou crescimento de 20,5% frente ao ano de 2022, perfazendo o total de R\$ 3.429,3 milhões, aumento de R\$ 584,4 milhões.

b. conciliar os valores divulgados com os valores das demonstrações financeiras auditadas

Valores em R\$ MM	Exercício encerrado em 2023
(=) Lucro Líquido	1.200,1
(+) Tributos sobre o Lucro	577,4
(+) Depreciação	911,3
(+) Despesa Financeiras	1.102,0
(-) Receitas Financeiras	361,5
(=) EBITDA	3.429,3

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA é uma medida equivalente ao conceito econômico de Geração Operacional de Caixa (GOC). Desta forma, é importante como forma de medir a capacidade de pagamento da Companhia. Ele representa os recursos gerados pela Companhia para: (i) realizar os investimentos; (ii) pagar impostos; (iii) cumprir com os encargos da dívida; (iv) gerar reservas; e (v) remunerar os acionistas.

O EBITDA é uma medida econômica amplamente utilizada pelo mercado financeiro como um indicador da capacidade da Companhia gerar resultado através da sua operação.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 - Identificar e comentar evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

No exercício de 2023, não houve eventos subsequentes que alterassem as demonstrações contábeis da Companhia.

2.7 Destinação de resultados

2.7 - Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

A tabela, abaixo, consolida resumidamente a política de destinação dos resultados da MRS do exercício de 2023:

Destinação dos Resultados Sociais	Ano 2023
a. Regras sobre retenção de lucros	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) poderão deliberar e reter parcela do lucro líquido do exercício. Adicionalmente, o Estatuto Social da Companhia estabelece: (i) que 5% do lucro líquido da Companhia será destinado para a constituição de reserva legal, até o máximo previsto em lei, reserva essa que poderá ser posteriormente capitalizada ou compensada com prejuízos; (ii) sobre a destinação do saldo remanescente. A Companhia não possui previsão estatutária de retenção de lucro, com exceção da constituição de reserva legal e reservas previstas em lei.
a.i. Valores das Retenções de Lucros (em milhões de reais)	Reserva Legal: R\$ 60,0 milhões Retenção com base em orçamento de capital: R\$ 855,1 milhões
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Reserva Legal: 5% Retenção com base em orçamento de capital: 75% do lucro acumulado após dedução da reserva legal
b. Regras sobre distribuição de dividendos	A distribuição de dividendos não será inferior a 25% do lucro líquido de cada exercício. As ações preferenciais classe A e B terão direito a dividendos de 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, de acordo com os parágrafos 2º e 3º do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	A distribuição de lucro líquido é realizada uma vez ao ano, de acordo com a regra da Lei das Sociedades por Ações. Entretanto, nos termos do art. 25, §1º do Estatuto Social, o Conselho de Administração poderá aprovar a distribuição de dividendos intercalares à conta de lucros apurados por meio de levantamento de balanços trimestrais ou em períodos menores.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	<u>Financiamento:</u> Os contratos de financiamentos não possuem restrições de pagamentos de dividendos acima do mínimo obrigatório, desde que a companhia esteja adimplente com suas obrigações contratuais. Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, a Companhia não possui restrições à distribuição de dividendos, assim como não existem restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Política de Destinação de Resultados vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração da MRS Logística em reunião realizada no dia 18 de agosto de 2020 e o documento completo pode ser consultado no site de relações com investidores da MRS em https://mz-prod-cvm.s3.amazonaws.com/17949/IPE/2020/a7cb7d05-3101-44eb-9acd-112ba3692026/20200826204833694796_17949_787586.pdf ou site da CVM: www.cvm.gov.br

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 - Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

- i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos
- ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iii. contratos de construção não terminada
- iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os diretores informam que não há itens relevantes, sejam ativos ou passivos, detidos pela Companhia, que não estejam evidenciados nas demonstrações contábeis.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os diretores relatam que não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- b. natureza e o propósito da operação**
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Os diretores confirmam que não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis.

2.10 Planos de negócios

2.10 - Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

De acordo com os diretores, o Plano de Negócios da Companhia é atualizado anualmente e neste momento são avaliados os cenários macroeconômicos e políticos que afetam o negócio da Companhia e são definidas as principais premissas que nortearão a definição das estratégias para as projeções de demanda, custos, resultados e investimentos.

Este Plano de Negócios contém: (i) uma projeção de longo prazo para um período de cinco anos; e (ii) um plano plurianual de investimentos, sendo o primeiro ano detalhado no orçamento anual.

Os diretores informam, ainda, que os principais indicadores da Companhia são monitorados na gestão estratégica dos administradores, bem como desdobrados em metas individuais para os gestores da Companhia.

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Segundo a diretoria, foi investido pela MRS, em 2023, R\$ 1.807,1 milhões. Os investimentos vinculados à renovação da concessão apresentam um crescimento expressivo, principalmente relacionados à execução das obras de expansão do negócio e à mobilidade urbana, conforme compromisso assumido no caderno de obrigações.

A Companhia deu continuidade à estratégia, com foco na manutenção do negócio, projetos de melhorias tecnológicas ou que geram ganhos de produtividade e/ou otimizações da operação ferroviária e em iniciativas que visam a oportunidades de expansão de negócios e capacidade.

Na tabela a seguir estão demonstrados os investimentos totais realizados nos últimos três exercícios sociais:

Investimentos (valores em R\$ MM)	2021	2022	2023
Sustaining	844,0	1.280,4	1.162,6
Obrigatórios	14,0	138,5	491,0
Melhoria	60,3	36,5	125,3
Expansão	843,5	641,0	28,2
Total	1.761,8	2.096,3	1.807,1

Os principais investimentos realizados em 2023:

Sustaining: foram mantidas as estratégias de realização de intervenções em locomotivas, vagões e na malha, visando aumentar os níveis de confiabilidade e disponibilidade dos ativos, permitindo melhorar a eficiência, segurança e otimização das operações ferroviárias.

- a. Modernização de ativos: mantida a estratégia de realização de intervenções em locomotivas, vagões e na malha ferroviária, visando aumentar os níveis de confiabilidade e disponibilidade dos ativos, permitindo melhorar a eficiência, segurança e otimização das operações ferroviárias. Em 2023, para apoiar esta estratégia, foram entregues equipamentos de via de grande porte e realizadas obras de renovação da via permanente, conforme planejamento plurianual. Além disso, foram desenvolvidos projetos de eletroeletrônica que visam sinalizar e automatizar as linhas ao longo da ferrovia;
- b. Confiabilidade de infra: manutenção do plano preventivo de intervenções ao longo da via, com execução de obras de contenção, intervenções/substituições de pontes ou viadutos e uma obra em túnel, visando minimizar os riscos associados à confiabilidade do trecho. Realização de obras relacionadas às ocorrências de chuvas no início de 2023, com destaque para a obra de estabilização do aterro localizado no km 033 da Ferrovia do Aço, que será finalizada

2.10 Planos de negócios

em 2024.

- c. **Sistemas:** a MRS investiu em softwares e hardwares que aprimoram, aumentam a produtividade e garantem a segurança da tecnologia da informação. O destaque fica para a continuidade da implantação do novo ERP, integrando diversos sistemas da Companhia.
- d. **Sustentabilidade:** em 2023 diversos projetos de adequações prediais e normas regulamentadoras foram executados, tendo destaques investimentos que promovem diversidade, segurança e meio ambiente.

Obrigatórios: foram adquiridas, em 2023, 10 locomotivas (modelo ES44) para modernização da frota, visando ganho de produtividade. Além disso, a Companhia deu continuidade no cumprimento dos projetos obrigatórios da renovação da concessão, um total de investimento de R\$ 318 milhões para 2023. Neste ano, ocorreram as entregas das iniciativas previstas A+1 de contrato, totalizando R\$ 16 milhões realizados em 2023. Além do aumento da capacidade do Pátio de Santos, através da execução do Pátio de Santos Integrado, maior projeto obrigatório entregue em 2023, foram executados Sinalização da Margem Esquerda em Santos, intervenções em Barra Mansa (RJ), além de instalação de cancelas automáticas em Ibirité e Barra do Pirai. Visando atender os investimentos dos anos seguintes, a MRS iniciou uma série de obras com entregas previstas entre 2024 e 2026, com destaque para a Remodelação da Baixada (entrega prevista em 2026, CAPEX), Oficina de Equipamentos de Grande Porte (entrega prevista em 2024), CTC do Vale do Paraíba (entrega prevista em 2025), além de viadutos em Cubatão e Conselheiro Lafaiete (entregas previstas em 2024).

Melhoria: destaque para a continuação da estratégia de substituição da frota de vagões GDT (175 vagões), visando aumento da produtividade na carga de *heavy haul*. A Companhia também empenhou recursos em projetos de inovação e tecnologia, destacando-se o desenvolvimento de sistemas para auxílio na operação de trens e para aprimorar a experiência de seus clientes. Também foram investidos recursos para dar sequência na aquisição de controles remotos de locomotivas, permitindo manobras em pátios de forma remota e segura.

Expansão: em conformidade com as estratégias em torno do aumento de capacidade de transporte de carga, a Companhia deu continuidade para viabilizar os projetos, dentre os quais podemos citar a Extensão do Ramal Porto Sudeste, o início da Expansão do Terminal de Souza Nosquese (FSN) e novos terminais de Carga Geral em Barra do Pirai e Belo Horizonte.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

De acordo com os diretores, a Companhia organiza suas fontes de recursos equilibrando as proporções de próprio e de terceiros. As principais fontes de financiamento dos investimentos utilizadas pela Companhia são as linhas de crédito obtidas com bancos e outras instituições financeiras públicas e privadas, as operações no mercado de capitais, bem como a geração de caixa do exercício.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Segundo os diretores, nos últimos 3 exercícios sociais não houve desinvestimentos e não há desinvestimentos previstos para o exercício social de 2024

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Conforme indicado no item 2.10.a, a MRS informa que foram adquiridos vagões e locomotivas que contribuem para a otimização da produção da Companhia. Além disso, em 2023, equipamentos de via de grande porte foram entregues para atuar nas estratégias das intervenções na malha, conforme cronograma plurianual, visando a confiabilidade e segurança da operação ferroviária.

2.10 Planos de negócios

c. novos produtos e serviços, indicando:

Em 27 de abril de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a alteração do Estatuto Social para a inclusão das seguintes atividades que podem ser realizadas pela MRS:

- (i) prestar serviço de operação ferroviária em terminais de terceiros;
- (ii) prestar serviço de consultoria técnica em temas ferroviários e a venda de materiais de reemprego e do estoque;
- (iii) alienação de novas tecnologias desenvolvidas pela Companhia.

Contudo, até a data de apresentação deste documento, não houve faturamento com a introdução de tais novos produtos ou serviços pela Companhia.

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A diretoria informa que nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, até a data de apresentação deste documento, não houve a introdução de novos produtos ou serviços pela Companhia.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Uma oportunidade relacionada a questões ASG está na melhoria da eficiência do consumo de combustível, mapeada através do indicador de Eficiência Energética (litros por mil TKB). A Companhia prevê a modernização da frota de locomotivas, com máquinas mais produtivas sendo incorporadas ao parque de ativos, melhorando a Eficiência Energética e reduzindo impactos ambientais gerados pela atividade inerente ao transporte ferroviário.

Ciente da importância dos critérios socioambientais, a Companhia também observa como oportunidade as alternativas no mercado financeiro para captação de recursos com vínculos ASG. Essa oportunidade de captação foi mapeada, mas sua concretização depende das condições de mercado.

Seguindo o contexto mercadológico, há oportunidades de negócios relacionadas ao impacto positivo em sua cadeia de fornecedores e clientes.

A Companhia possui, ainda, metas que são relacionadas a diferentes questões ASG e compõem a remuneração variável da liderança.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

I) Processo de Gerenciamento de Riscos Corporativos

- a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

Em 16 de setembro de 2020, foi aprovada pelo Conselho de Administração e publicada a Política de Gerenciamento de Riscos "POL-MRS-0011/00.00", cujo objetivo é estabelecer as diretrizes para o gerenciamento de riscos (abrangência, referências, definições e responsabilidades) e mecanismos de tratamento, para impedir ou mitigar a consumação dos riscos que possam impactar os Objetivos Estratégicos da MRS. Em 2022, a MRS atualizou seu referencial estratégico definindo crenças e princípios, por exemplo. Nesse contexto o propósito ficou definido como: Criar e operar soluções de logística integrada cada vez mais competitivas e confiáveis, gerando resultados e bem-estar para a sociedade.

A Companhia também possui Código de Conduta Ética, atualizado em novembro de 2023, para adequação às normas anticorrupção no âmbito do Programa de Integridade implementado pela Companhia. O Código de Conduta Ética tem como objetivo primordial a definição e a formalização dos princípios éticos definidos e defendidos pela MRS. Esses princípios têm a função de orientar o comportamento dos públicos interno e externo (agentes públicos e empresas privadas), a fim de minimizar a subjetividade das interpretações pessoais, no âmbito de sua atuação, sobre princípios morais e éticos, os conflitos éticos, assim como reforçar a conduta ética esperada.

O Código de Ética se aplica a todos os colaboradores da MRS, independentemente de seu nível hierárquico, incluindo estagiários e terceiros, e a todos os relacionamentos estabelecidos ou por estabelecer com Acionistas, Clientes, Fornecedores, Sindicatos, Comunidades, Governo, Sociedade e Meios de Comunicação.

Entre outubro e dezembro de 2023, as Políticas relacionadas à Conduta Ética na MRS foram atualizadas:

(i) Em outubro/2023:

- Código de Conduta Ética para Terceiros;
- Relacionamento com os Órgãos Públicos;
- Política Anticorrupção.

(ii) Em novembro/2023

- Código de Conduta Ética.

(ii) Em dezembro/2023:

- Conflito de Interesses;
- Presentes e Brindes.

O Código de Ética e demais documentos relacionados podem ser acessados na página da Companhia, <https://www.mrs.com.br/sustentabilidade/programa-de-integridade-e-etica-da-mrs/>.

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos Financeiros que tem por objetivo reger, monitorar e estabelecer a governança das atividades de riscos financeiros, limitando os impactos adversos causados por instrumentos financeiros ao lucro líquido e ao fluxo de caixa da Companhia.

A Política de Gestão de Riscos Financeiros é revista e aprovada anualmente, no 1º trimestre, pelo Conselho de Administração, que supervisiona a gestão de riscos, contando com o suporte do Comitê Financeiro que presta assessoria tanto em riscos financeiros quanto na estruturação, propriamente dita, de governança em riscos financeiros. O Comitê


5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Financeiro revisa e estabelece práticas para gestão de riscos, com o principal objetivo de reduzir a diferença financeira ou econômica inesperada, que possa impactar tanto o resultado da Companhia quanto o seu fluxo de caixa estimado.

b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. Os riscos para os quais se busca proteção

Como parte da metodologia de Gestão de Riscos Corporativos, é utilizado o dicionário de riscos demonstrado a seguir:

Dicionário de Riscos MRS

FINANCEIRO		OPERACIONAL				CONFORMIDADE	ESTRATÉGICO		
Crédito	Mercado	Processo	Acidente	Pessoal	Informação e Tecnologia	Contábil	Estratégico Geral	Governança	Ambiental
Indisponibilidade de Capital	Variação de Câmbio	Indisponibilidade de Ativos	Acidente Ferroviário	Insuficiência / Desqualificação da Mão de Obra	Vazamento de Informações	Contingência Ambiental	Não Atendimento à Demanda	Relacionamento com Acionistas	Alterações Climáticas
Inadimplência Cliente	Variação Commodities	Políticas, Normas e Gestão de Processos	Acidente de Trabalho	Retenção Mão de Obra	Integridade da Informação	Contingência Trabalhista	Reputação e Imagem	Conduta Antiética/ Fraude	Transição Energética
Fluxo de Caixa	Variação Taxa de Juros	Interrupção da Operação	Acidente Contra Terceiros		Indisponibilidade de Informações e Sistemas	Contingência Tributária/Fiscal	Retração ou Estagnação de Vendas		
Perda Financeira		Fornecedores			Concentração de Conhecimento	Contingência Cível	Projetos		
		Obrigação Contratual				Contingência Criminal	Concorrência e Mercado		
						Regulatório	Cenário/Decisões Políticas		
							Geopolítico		
							Continuidade de Negócios		

ii. Os instrumentos utilizados para proteção

A MRS mantém, desde 2016, procedimentos internos de levantamento de riscos corporativos, elaborados pela Gerência Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos.

A Companhia mantém, como mencionado acima, um dicionário de riscos, divididos nos aspectos: financeiro, operacional, conformidade e estratégico. Com base nisso, anualmente são identificados os riscos a que a Companhia está exposta e as formas de mitigação. Esses riscos deverão ser discutidos com Gerência, Diretoria e Presidência e os resultados, submetidos para análise do Conselho de Administração.

Os riscos detectados são tratados pelas áreas responsáveis por intermédio de planos de ação, com acompanhamento da Gerência Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos. Em 2020, foi desenvolvida uma nova metodologia, com foco nos riscos corporativos mais relevantes para atingimento dos objetivos estratégicos da MRS e seu resultado apresentado ao Conselho de Administração no final de tal ano.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Em 2022, foi definida a criação de nova estrutura de segunda linha de gestão de riscos, e contratada consultoria para revisar a metodologia e ferramentas existentes para suportar a nova área. O projeto foi dividido em 3 fases, tendo a primeira e segunda fases sido entregues até o final de 2022, e a terceira e última fase em março de 2023.

Especialmente com relação aos riscos de mercado, a Companhia adota mecanismos de proteção para os riscos de taxa de câmbio, por meio da busca da redução dos impactos no resultado econômico e fluxo de caixa oriundos de variação da cotação das moedas estrangeiras. São contratadas operações de *Swap* para proteger o passivo da Companhia em moeda estrangeira e para dívidas indexadas ao IPCA. Adicionalmente, desde 2016, a Companhia passou a adotar a metodologia de contabilidade de cobertura (*hedge accounting*), visando a redução da volatilidade de resultados causada pela variação da marcação a mercado de swaps.

Para minimizar o risco de liquidez, a Companhia procura manter um nível de caixa mínimo como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros, além de conservar parte das aplicações com liquidez diária. A definição do patamar mínimo de caixa considera possíveis choques de curto prazo na geração operacional e o processo de captação de recursos (incluindo cenários de escassez de crédito). Existem critérios para aplicações dos recursos, como a classificação de risco das instituições financeiras.

iii. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos:

iii.a. Indicando os órgãos da administração, comitês ou outras estruturas assemelhadas envolvidas

Estão envolvidos no processo de gestão de riscos o Conselho de Administração, a Diretoria executiva, o Proprietário do Risco¹, a Gerência Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos, o Comitê Financeiro, o Comitê Estratégico, o Comitê de Sustentabilidade.

A auditoria interna da MRS, consubstanciada na Gerência Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos, foi a primeira do gênero em ferrovias sul-americanas a receber a certificação de qualidade do IIA Global, principal entidade do segmento, que avalia a consistência e a qualidade dos processos de auditoria interna, atestando que a atividade está alinhada com as regras internacionais e melhores prática mundiais de auditoria interna. Esta certificação foi renovada em dezembro de 2023. O Plano Anual de Auditoria Interna leva em consideração análise específica dos riscos dos processos existentes.

iii.b. Discriminando as responsabilidades específicas de cada um desses órgãos, comitês ou estruturas assemelhadas, e de seus membros, no controle de gerenciamento de riscos.

O Conselho de Administração:

- Avaliar e aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos da MRS e suas alterações;
- Conscientizar a administração executiva sobre a importância do gerenciamento de riscos e do ambiente de controle, supervisionando as suas ações.

A Diretoria Executiva:

- Patrocinar a implantação da Política de Gerenciamento de Riscos, bem como prover, mediante deliberação sob sua alçada, os recursos necessários para a mitigação ou redução dos riscos classificados como altos;
- Gerenciar os riscos inerentes às respectivas atividades (eliminar, reduzir, transferir ou aceitar);
- Definir e acompanhar os planos de ação para gerenciamento da exposição ao risco, assim como definir responsável e data de implantação dos Planos de Ação;
- Participar da elaboração do Plano de Anual de Auditoria de Riscos Corporativos;
- Conscientizar os gestores sobre a importância do gerenciamento de riscos.

¹ Conforme POL-MRS-0011 (Política de Gerenciamento de Riscos), “O Proprietário do Risco são os responsáveis diretos pelo gerenciamento dos riscos associados as suas operações, bem como pela execução dos controles e implementação das medidas preventivas e/ou corretivas para o devido tratamento dos riscos”.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

O Proprietário do Risco:

- Identificar, mensurar, avaliar e gerenciar os eventos de risco que podem influenciar no cumprimento dos objetivos estratégicos da Companhia;
- Manter um efetivo ambiente de controle, por meio de abordagens preventivas e detectivas, em relação às atividades desenvolvidas internamente e às atividades terceirizadas relevantes sob sua gestão; e em relação aos seus sistemas de informações;
- Fornecer para a auditoria interna informações precisas, íntegras e suficientes para a realização do trabalho de Auditoria de Riscos Corporativos;
- Disponibilizar colaboradores capacitados para atuarem como Pontos Focais de Riscos. Eles serão responsáveis pelo levantamento, consolidação e envio de informações para a realização do trabalho de Auditoria de Riscos Corporativos e, também, atuarão como disseminadores da cultura de gestão de riscos entre os demais colaboradores;
- Propor limites para exposição aos Riscos sob a sua responsabilidade, observando as análises mencionadas nas 'estratégias de resposta ao risco' no item 4 desta Política;
- Sugerir, avaliar, implantar e monitorar planos de ação com o objetivo de reduzir a exposição ao risco sob sua responsabilidade, quando aplicável;
- Comunicar, tempestivamente, os eventos de risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nas alçadas apropriadas;
- Tem o dever de parar imediatamente a operação do(s) ativo(s) no(s) caso(s) de desvios críticos ou nos casos de indisponibilidade, parcial ou total, dos elementos críticos de controle que desloquem de forma considerável o nível de risco;
- Conscientizar os colaboradores sobre a importância do gerenciamento de riscos.

O Comitê Financeiro:

- Assessorar o Conselho de Administração em todas as matérias de risco financeiro, conforme as atribuições definidas na Política de Gestão de Riscos Financeiros.

O Comitê Estratégico

- Analisar temas estratégicos para a Companhia, e analisarem detalhes os temas que impactam o direcionamento de médio e longo prazo da companhia.

O Comitê de Auditoria

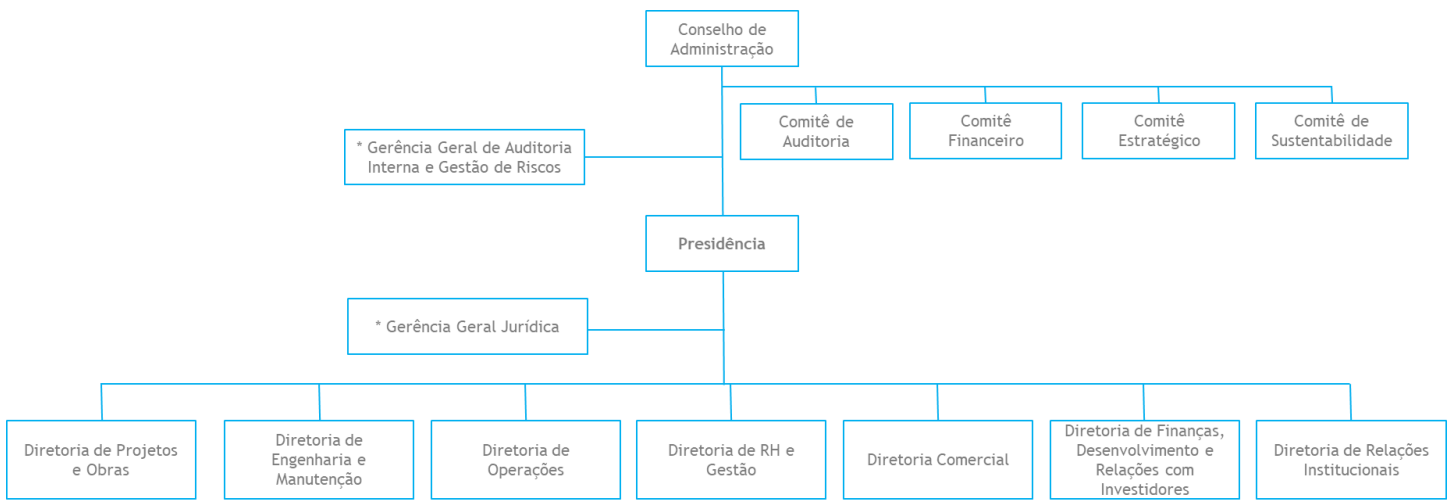
- O Comitê de Auditoria dá suporte técnico para o Conselho de Administração na análise de temas relativos à gestão de riscos, compliance e auditoria interna. Com relação à gestão de riscos, cabe ao comitê analisar e emitir recomendação sobre metodologia para gestão de riscos corporativos, operacionais e ambientais bem como avaliar e monitorar a exposição ao risco da Companhia.

O Comitê de Sustentabilidade

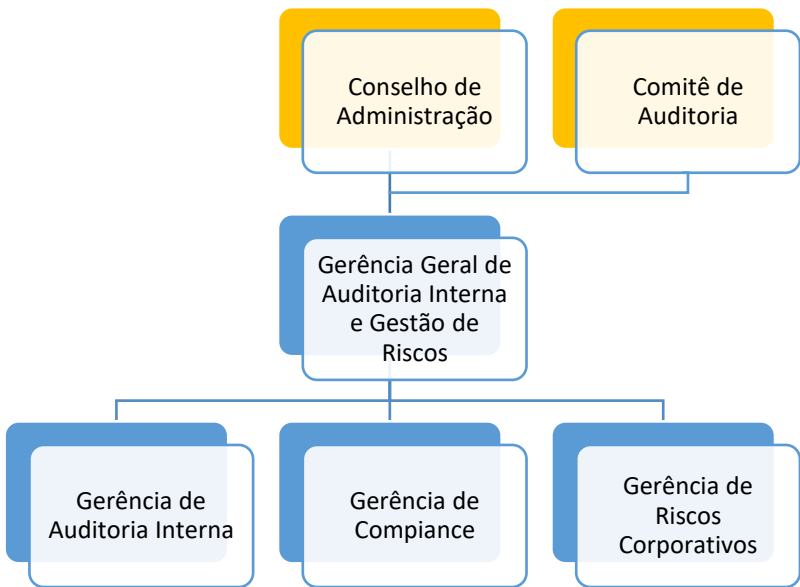
- O escopo do Comitê foi reformulado para adequar a governança da sustentabilidade corporativa às boas práticas da agenda ESG. Ao ano, são promovidas ao menos quatro reuniões ordinárias do comitê para acompanhamento de riscos e discussões relacionadas a temas ambientais, por exemplo, mudanças climáticas, temas sociais, como diversidade, equidade e inclusão, além de políticas ESG e desempenho ESG.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

iii.c. Indicando a estrutura hierárquica desses órgãos.



Gerência Geral de Auditoria Interna:



c. A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Administração da Companhia entende que a estrutura operacional e de controles internos para a verificação da Política e dos de Riscos Corporativos está adequada.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

II) Programas de Gerenciamento de Riscos Ambientais

- a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

A MRS possui uma Política de Gerenciamento de Riscos, já descrita acima, que inclui riscos socioambientais, e ainda possui programas que objetivam a prevenção e controle de riscos ambientais, mitigação de impactos negativos, além de respostas a emergências. Anualmente, um processo relacionado ao meio ambiente é auditado pela Gerência Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos, área que está diretamente subordinada ao Conselho de Administração.

Frequentemente, a MRS realiza Simulados de Emergências Ambientais cujo objetivo é testar a resposta à emergência da Companhia. Nesses eventos em que são simuladas emergências ambientais, a Gerência Geral de Meio Ambiente e Políticas Sociais observa o nível de treinamento da equipe, a disponibilidade de recursos para o atendimento, o tempo de resposta, levantando, então, os pontos de melhoria que são repassados às equipes envolvidas, visando a melhoria contínua dos processos ambientais da Companhia.

A MRS desenvolve, no âmbito do seu licenciamento ambiental, os seguintes programas, a fim de garantir conformidade no licenciamento e qualidade na performance ambiental da empresa, mitigando riscos:

- Gerenciamento de Estudo de Avaliação de Riscos, Programa de Gerenciamento de Riscos e Plano de Ação de Emergência
- Gerenciamento de Mitigação de Impactos Socioambientais, compreendido no Subprograma de Educação Ambiental e no Subprograma de Comunicação Social
- Gerenciamento da Qualidade do Ar
- Gerenciamento de Processos Erosivos
- Gerenciamento de Ruídos
- Gerenciamento de Manejo de Flora
- Gerenciamento de Atropelamento de Fauna
- Gerenciamento de Resíduos
- Gerenciamento de Efluentes
- Gerenciamento do Diagnóstico, Monitoramento e Regularização da Faixa de Domínio
- Gerenciamento de Conformidade Legal
- Gerenciamento Ambiental de Obras
- Gerenciamento de Passivos Ambientais, contemplando áreas contaminadas e áreas degradadas
- Gerenciamento de Recursos Hídricos
- Gerenciamento do Licenciamento Ambiental
- Gerenciamento de Gases do Efeito Estufa
- Gerenciamento de Riscos e Oportunidades Climáticas

- b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

- i. Os riscos para os quais se busca proteção

A MRS desenvolve seus programas de gestão ambiental assumindo o compromisso de conduzir suas atividades assegurando o cumprimento da legislação ambiental vigente, das normas aplicáveis e aos demais requisitos por ela subscritos (tais como condicionantes das licenças e autorizações ambientais, acordos com autoridades públicas, clientes, grupos comunitários, organizações não governamentais, princípios voluntários ou código de prática), de modo a conservar o meio ambiente minimizando e mitigando os impactos ambientais negativos advindos da operação ferroviária.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Estes requisitos são identificados pela Companhia de acordo com os aspectos ambientais mapeados em seus processos e validados pelo órgão ambiental licenciador, IBAMA, por meio das Licenças de Operação emitidas. Este compromisso é cumprido pelo relacionamento estreito e de forma contínua com seus clientes, acionistas, colaboradores, fornecedores, órgãos ambientais e comunidades sob a influência de sua malha ferroviária através de procedimentos e controles bem definidos que são repassados aos colaboradores através de treinamentos e processos de auditorias e inspeções internas.

A Companhia busca, por meio, dos seus programas ambientais a proteção para os seguintes riscos:

- Acidentes com impacto ambiental negativo;
- Contaminação ambiental de qualquer natureza alinhado às atividades da empresa;
- Impacto negativo às comunidades influenciadas pela nossa malha;
- Impactos negativos à imagem da companhia por conta de irregularidades ou de acidentes ambientais; e
- Comprometimento das relações da Companhia com órgãos ambientais, prefeituras, governos, agências reguladoras, Institutos, ministérios e com a sociedade como um todo.

ii. Os instrumentos utilizados para proteção

São utilizados pela Companhia os seguintes instrumentos para prevenção de riscos ambientais:

- Sistema de Gestão Ambiental da empresa;
- Utilização de metodologias científicas e/ou diretrizes para o desenvolvimento dos programas ambientais;
- Elaboração de especificação técnica visando a contratação de serviços, estudos e projetos ambientais;
- Procedimento gerencial de gerenciamento de resíduos, efluentes, qualidade do ar, ruído e outros programas;
- Procedimento gerencial de licenciamento ambiental;
- Procedimento gerencial de atendimento e tratamento a ocorrências ambientais;
- Procedimento gerencial de diretrizes ambientais para a manutenção, reparo e melhoria de via permanente;
- Procedimento Operacional para avaliação de fornecedores;
- Programa de Educação Ambiental para Trabalhadores e para a comunidade;
- Processo de conformidade legal;
- Dentre outros.

Adicionalmente aos instrumentos citados acima, a MRS possui remuneração variável de parte de seus colaboradores, incluindo alta direção, com critérios de sustentabilidade e aumento de performance ambiental. O objetivo principal dessa iniciativa é fomentar ações, programas e estratégias de sustentabilidade para mitigar os impactos negativos na MRS e seus *stakeholders*.

Para minimizar os riscos associados ao item 4.1.(e) que trata de fornecedores, a Companhia utiliza de um sistema de qualificação de fornecedores para a avaliação, classificação e seleção nos processos de contratação de Suprimentos. Previamente à formalização de um contrato, são checadadas as questões trabalhistas, financeiras, fiscais e sociais (como envolvimento em trabalho escravo e representatividade de minorias no quadro societário); qualquer inconsistência encontrada é compartilhada com a interface devida (gestão estratégica, auditoria e até mesmo comitê de ética) para a tomada de decisão.

Durante o fornecimento, os contratos passam pela avaliação de gestores, que ponderam questões ligadas à SMA (Segurança e Meio Ambiente), Qualidade, Cronograma, dentre outras, além de classificarem fornecedores críticos. Existem também cláusulas de direitos humanos, trabalhistas, previdenciárias e ambientais em todos os contratos, seja de material ou serviço, mão de obra interna ou externa.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Ainda dentro do item 4.1.(e) no tópico sobre “Falta ou falha no fornecimento de diesel” e a fim de mitigar esse risco, a MRS atua de forma a incentivar ações de prevenção e tratamento de emergências ambientais em sua cadeia de valor. A fornecedora de diesel, que também é operadora e mantenedora dos postos de abastecimento da Companhia, possui planos de gerenciamento de riscos e plano de atendimento à emergência vigentes e atualizados.

iii. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos:

A estrutura está presente dentro do relatado no tópico I) b.iii, deste item 5.1.

c. A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Esse ponto foi tratado nos tópicos I) b.iii e I) c., deste item 5.1

Ressaltamos que, conforme descrito no tópico I) b.ii, acima, em 2022 foi definida a criação de nova estrutura de segunda linha de gestão de riscos, e contratada consultoria para revisar a metodologia e ferramentas existentes para suportar a nova área. O projeto foi dividido em 3 fases, tendo a primeira e segunda fases sido entregues até o final de 2022, e a terceira e última fase em fevereiro de 2023.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Para assegurar a elaboração das demonstrações contábeis, a Gerência de Contabilidade e Patrimônio é responsável:

- Pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e com as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM);
- Pela conciliação dos saldos das contas patrimoniais, garantindo que os saldos contábeis reflitam a real situação financeira e econômica da Companhia;
- Pela parametrização das contas contábeis no sistema operacional da Companhia (SAP S/4HANA) e seus sistemas legados ou interfaceados.

Além disso, todos os lançamentos manuais são realizados apenas por colaboradores lotados na Gerência de Contabilidade e Patrimônio e aprovados, sistemicamente, pelo gerente de contabilidade e patrimônio, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade - CRC.

As demonstrações contábeis são submetidas, anualmente, ao processo de auditoria e, trimestralmente, ao processo de revisão de informações intermediárias realizada por auditor independente e de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Essas normas requerem que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estejam livres de distorções relevantes.

A Gerência Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos elabora Plano Anual de Auditoria, com base na análise dos riscos dos processos da Companhia. Eventualmente, um processo que tenha deficiências identificadas pode gerar algum impacto nas demonstrações contábeis. Neste caso, ações corretivas são discutidas com a Gerência de Contabilidade e Patrimônio e acompanhadas junto aos gestores responsáveis.

A Gerência Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos da MRS foi a primeira do gênero em ferrovias sul-americanas a receber a certificação de qualidade do IIA Global (Institute of Internal Auditors), a principal entidade do segmento, que avalia a consistência e a qualidade da prática de Auditoria Interna de acordo com os padrões globais estabelecidos como mandatórios para esta atividade.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras é da Gerência de Contabilidade e Patrimônio, com a participação da Gerência Tributária, ambas pertencentes à Gerência Geral de Controladoria, subordinada à Diretoria de Finanças e Desenvolvimento. O processo conta ainda com a participação do Comitê de Auditoria, que é composto pelo Gerente Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos e por membros escolhidos pelos acionistas, responsáveis por avaliar, opinar e emitir recomendações sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia ao Conselho de Administração.

5.2 Descrição dos controles internos

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Após realizar as auditorias investigativas, consultivas e preventivas, o Gerente Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos elabora relatório reportando diretamente ao Conselho de Administração todas as deficiências e pontos de melhoria encontrados nos mais diversos processos e rotinas da Companhia, podendo incluir a elaboração de Demonstrações Financeiras.

Para as deficiências e pontos de melhorias apontados são traçados, pela área auditada, com supervisão da Gerência Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos, planos de ação para atuar de forma corretiva e preventiva sobre os riscos apontados. Cabe aos gerentes gerais adotar e executar as ações corretivas e preventivas definidas pela Gerência Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O Relatório de Recomendações para o aprimoramento dos controles internos elaborado em conexão com o exame das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023 foi emitido em 26 de abril de 2024 pelos auditores externos - Deloitte Touche Tohmatsu Independentes.

Para as demonstrações contábeis do exercício de 2023, os auditores independentes apresentaram 1 (uma) deficiência significativa de controle interno, relacionada ao aprimoramento do processo de captura das obrigações acessórias previstas no 4º Termo Aditivo do Contrato de Concessão da MRS Logística S.A., dentro do escopo do CPC 06 (R2) - Arrendamentos, especificamente relacionadas aos gastos com Recursos para Desenvolvimento Tecnológico (RDT) e Recursos para Preservação da Memória Ferroviária (RPMF).

As demais sugestões de aprimoramento dos controles internos, não significativas, foram avaliadas e tratadas em conjunto com os responsáveis pelos processos.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A administração da Companhia manifestou discordância da classificação da deficiência de controle interno como significativa, principalmente pelo fato da mudança na interpretação da norma contábil e os consequentes ajustes contábeis, realizados em dezembro de 2023, não terem gerado distorções quantitativas e qualitativas relevantes no resultado da Companhia.

Acrescenta ainda, em relação ao monitoramento das obrigações financeiras e não financeiras previstas no Contrato de Concessão, que possui em sua estrutura organizacional área responsável pela gestão do contrato de concessão, ligada à Diretoria de Relações Institucionais - Gerência Geral de Regulação, Gestão Fundiária, Interferências e Negócios Imobiliários. A Coordenação de Gestão do Contrato de Concessão é responsável por acompanhar, junto às áreas responsáveis, além de reportar junto à Administração, todas as obrigações contratuais formalizadas junto ao Poder Concedente.

Quanto às demais recomendações reportadas pelo auditor independente, quando julgadas procedentes e necessárias, foram definidas ações visando a implementação de melhorias dos controles internos.

A administração da Companhia avalia que os controles internos são efetivos para assegurar que suas demonstrações financeiras apresentam em todos seus aspectos relevantes, sua posição financeira, resultados operacionais, posição de capital e fluxo de caixa.

5.3 Programa de integridade

5.3 - Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

- i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

A MRS possui Código de Conduta Ética, atualizado em novembro de 2023 pelo Conselho de Administração, para adequação às normas anticorrupção no âmbito do Programa de Integridade, e às seguintes políticas relacionadas a ele:

- Relacionamento com os Órgãos Públicos
- Anticorrupção e prevenção a lavagem de dinheiro
- Conflito de Interesses
- Segurança, Meio Ambiente e Saúde
- Brindes, Presentes, Hospitalidades e Entretenimentos
- Patrocínios, Parcerias e Doações

Em dezembro de 2017, foi, também, emitido pelo Conselho de Administração o Código de Conduta Ética para Terceiros, que se destina à formalização dos princípios éticos definidos e defendidos pela MRS a serem observados por clientes, fornecedores, parceiros comerciais e quaisquer outros terceiros que se relacionem com a MRS.

A Companhia possui um Canal de Denúncias por meio do qual são recebidas dúvidas e denúncias, que funciona como um mecanismo de controle das situações de risco às quais a Companhia está exposta e de tratamento das condutas antiéticas ou ilícitas que eventualmente venham a ser praticadas. Os casos mais complexos são resolvidos pelo Comitê de Conduta Ética da Companhia, composto pelo Gerente Geral de Auditoria e Gestão de Riscos, Gerente Geral Jurídica e pelo Diretor Presidente.

No ano de 2017, foi realizado treinamento presencial de todos os gestores da Companhia em relação ao Programa de Integridade e todos os colaboradores realizaram o treinamento online relativo ao Programa de Ética e Integridade da Companhia. Em 2018 foi realizado novo treinamento presencial como reforço.

Em 2019, foi criada a Cartilha do Programa de Ética e Integridade da Companhia, realizada campanha de comunicação interna para divulgação da Cartilha e dos principais pontos das Políticas de Conduta e instituído um treinamento sobre o Programa de Integridade, no momento em que novos colaboradores são admitidos (durante o Programa de Integração de novos colaboradores).

Até o momento, não foi implantada política de revisão periódica da avaliação de riscos, bem como não está estruturado o monitoramento contínuo. Entretanto, em 2022 foi efetuado, por consultoria independente, um diagnóstico de compliance da MRS, e as recomendações e melhorias sugeridas para adequação total às diretrizes da CGU estão em fase de implantação. A consultoria elencou 54 planos de ações, dos quais 33 foram implantados em 2023, 15 previstos para 2024 e 6 para 2025.

5.3 Programa de integridade

- ii. **as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

A Companhia possui uma Gerência de *Compliance* ligada diretamente à Gerência Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos, a qual, por sua vez, é subordinada ao Conselho de Administração da MRS e, conforme descrito no item i, foi efetuado um diagnóstico de compliance da MRS por consultoria independente, e as recomendações e melhorias sugeridas para adequação total às diretrizes da CGU estão em fase de implantação.

- iii. **se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

A MRS possui Código de Conduta Ética aplicável a todos os colaboradores e fornecedores, sendo parte integrante do contrato de trabalho e das demais relações contratuais e/ou de representação dos colaboradores e demais parceiros da Companhia. O referido Código foi atualizado em novembro de 2023, especificamente para adequação às normas anticorrupção no âmbito do Programa de Integridade.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

A inobservância ao estabelecido no Código de Conduta Ética caracteriza infração e enseja a aplicação de medidas disciplinares, devidamente estipuladas no próprio documento.

Caso não sejam cumpridas as normas do Código de Conduta Ética e das políticas gerais de conduta, os colaboradores poderão sofrer penalidades, que poderão variar, de acordo com a gravidade da violação, entre as quais: as previstas no Regulamento Disciplinar da MRS, advertência por escrito, suspensão ou demissão por justa causa ou sem justa causa.

Poderão ser tomadas, ainda, medidas para destituição de membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

Para os fornecedores, clientes, representantes e demais terceiros que tenham vínculos contratuais ou de representação com a MRS, qualquer infração aos documentos poderá resultar em rescisão do contrato ou do instrumento de mandato e, quando cabível, na aplicação de multas contratuais.

Poderão ser adotadas medidas judiciais ou extrajudiciais para reparar eventuais danos causados à Companhia em quaisquer dos casos acima.

Violações ao Código de Conduta Ética podem ter consequências graves para a MRS e para os indivíduos envolvidos. Condutas que possam ser consideradas criminosas, além de implicarem a rescisão contratual e a extinção do vínculo do parceiro com a MRS, serão encaminhadas às autoridades competentes para investigação e podem resultar em processos e/ou condenações, na forma da legislação aplicável.

Em 2023, foram tratados 120 casos, sendo que 72 necessitaram de tratamentos forense. Desse total, 51 investigações foram finalizadas e 24 dadas como procedentes (inclui procedentes e parcialmente procedentes). Foram aplicadas 33 demissões, 35 advertências, 2 suspensões e 1 bloqueio de prestador/fornecedor.

Não foram identificados ou denunciados casos de corrupção envolvendo pessoas pertencentes à Administração Pública de qualquer esfera (municipal, estadual ou federal). Também não existem processos judiciais relacionados

5.3 Programa de integridade

à corrupção movidos contra a MRS e a Companhia não tem conhecimento de processos contra um ou mais de seus colaboradores relacionados à corrupção.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O atual Código de Conduta Ética, as políticas a ele relacionadas e o Código de Conduta Ética para Terceiros foram aprovados pelo Conselho de Administração e Diretoria em novembro de 2023 e podem ser consultados no *site* da MRS (<https://www.mrs.com.br/sustentabilidade/programa-de-integridade-e-etica-da-mrs/>).

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

Em 2022, a MRS terceirizou o Canal de Denúncias com a empresa ICTS, que efetua todo o recebimento, atendimento ao denunciante (caso seja efetuada ligação telefônica no horário de atendimento) e primeiro tratamento dos dados das denúncias.

A Gerência de *Compliance* continua responsável pelos trabalhos de investigação interna e tratamento das consequências com base nos resultados das apurações.

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

Colaboradores, terceiros e sociedade em geral podem acessar o “Canal de Denúncias”, que está disponível no site da Companhia (www.mrs.com.br), podendo a denúncia ser efetuada em sistema específico ou via 0800 (ligação gratuita), com anonimato garantido.

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

O anonimato é garantido. O denunciante recebe um protocolo da denúncia, com o qual pode verificar o andamento da apuração, bem como pode estabelecer contato com os responsáveis pela apuração, sempre de forma anônima, com o intuito de adicionar ou refinar os dados e fatos descritos.

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

Os trabalhos de apuração das denúncias na MRS estão a cargo da Gerência de *Compliance*, subordinada à Gerência Geral de Auditoria Interna de Gestão de Riscos, diretamente subordinada ao Conselho de Administração.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Nos últimos 3 exercícios sociais, não foram apurados desvios, fraudes, irregularidades ou atos ilícitos praticados contra a administração pública.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, visto que a Companhia adotou medidas neste sentido.

5.4 Alterações significativas

5.4 - Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Riscos Ambientais:

Os processos de gerenciamento de riscos ambientais vêm sendo aperfeiçoados ao longo do tempo com o intuito de prever e corrigir possíveis desvios, falhas ou imperfeições que possam ameaçar os controles ambientais e gerar insegurança em qualquer área de atuação da Companhia que tenha processos ligados direta ou indiretamente ao meio ambiente e suas normas reguladoras e legislação pertinente.

No exercício social encerrado em 2023, não houve alterações significativas nos riscos ambientais ou nos processos de gerenciamento dos mesmos e não há expectativas de aumento na exposição da Companhia a tais riscos. Os riscos estão diminuindo ao passo que a Companhia investe em ações de adequações ambientais de seus processos, prevenção de incidentes, relação com os órgãos ambientais e regulatórios, proximidade com a comunidade e treinamento e conscientização de seus funcionários.

Riscos Corporativos

Não ocorreram alterações significativas nos principais riscos da MRS. Anteriormente, ocorreu a criação efetiva da segunda linha de Gestão de Riscos, que foi aprovada pelo Conselho de Administração, e contratada consultoria para reavaliar a metodologia e implantação da nova área. Esse projeto foi definido em três fases, tendo as duas primeiras terminado em 2022 e a terceira e última em fevereiro de 2023. Uma das saídas da consultoria foi o novo Dicionário de Riscos.

Fornecedores

No exercício social encerrado em 2023, não houve alterações significativas nos riscos relacionados a fornecedores. Para minimizar os riscos associados a fornecedores, a Companhia se utiliza de diversos processos para seleção, gerenciamento e acompanhamento desses. Previamente à seleção, ao cadastrar o fornecedor em sua base de dados, a empresa promove questionários voltados à ESG (*Environmental, Social and Governance*), abordando *Compliance*, Governança, Anticorrupção, Meio Ambiente, Saúde Financeira, entre outros. Nestes questionários o fornecedor é apresentado ao Programa de Integridade MRS, Termo Anticorrupção e Código de Ética. Além dos questionários, também são objeto de consulta informações públicas por meio de uma plataforma de *background check* contratada pela MRS, inclusive contemplando o quadro de sócios e filiais, para identificar possíveis irregularidades e traçar planos de ação, em um trabalho conjunto das áreas de Suprimentos, Jurídico, de Auditoria Interna e, em casos mais extremos, Comitê de Ética. Existem também cláusulas trabalhistas, previdenciárias, ambientais e de direitos humanos em todos os contratos, seja de material ou serviço, mão de obra interna ou externa.

Faixa de Domínio e Questões Habitacionais

No exercício social encerrado em 2023, não houve alterações significativas nos riscos relacionados a faixa de domínio e questões habitacionais, apesar de diversas medidas mitigadoras indicadas a seguir.

Uma característica presente nos sistemas ferroviários nacionais, principalmente naqueles de grande interface com municípios densamente povoados, é a dificuldade de conciliar a deficiência de políticas de planejamento e zoneamento, questões habitacionais e infraestrutura de saneamento com a integridade da operação ferroviária.

A interface em áreas urbanizadas se traduz em situações rotineiras na operação ferroviária, tais como: acidentes decorrentes do trânsito intenso de pessoas e veículos; furto ou vandalismo de cargas; ocupação irregular (invasão);

5.4 Alterações significativas

descarte irregular de resíduos domésticos; assim como limitações para expansão; insatisfação e risco de manifestação pelas comunidades. Neste cenário, ao longo dos anos, a MRS tem demonstrado atenção constante ao bem-estar das comunidades, principalmente, daquelas próximas de sua faixa de domínio. Para contribuir com soluções, foi constituída, em 2021, a Gerência de Gestão Fundiária e de Interferências de Terceiros, designadas a criar e revisar procedimentos, fluxos de negociação e propostas para questões de deslocamento de populações, dentre outras atividades. Em 2022, foi criada a Gerência de Políticas Sociais com o objetivo de implementar a política de remoção de vulneráveis, tratando os impactos sociais diversos ocasionados pelo deslocamento de pessoas, resguardando o direito à moradia desta população.

Em 2023, a MRS continuou fazendo adequações organizacionais e neste sentido foram redistribuídas as atividades da Gerência Fundiária e criou-se a Gerência de Interferências e Negócios Imobiliários para que houvesse uma atuação focada em garantir a integridade da faixa de domínio da ferrovia e realizar uma gestão de impacto. A Gerência Fundiária manteve o foco nas questões relacionadas às desapropriações de áreas.

A partir da nova estrutura, o procedimento gerencial que normatiza o Processo de Remoção de Pessoas em situação de vulnerabilidade social foi implementado. Desde então, o estudo socioeconômico nos imóveis tratados como objeto de remoção/desocupações em faixa de domínio ou desapropriações tem sido aplicado e em casos de vulnerabilidade social, planos de atendimento são elaborados e a equipe técnica atua para apoiar as famílias, minimizando os impactos do deslocamento e monitorando seus indicadores socioeconômicos.

Nesta frente de trabalho, os esforços buscam a articulação com o poder público local e parcerias que possibilitem alternativas para reestabelecimento da condição de moradia dessas famílias.

Como metodologia de trabalho para gestão da sua faixa de domínio, a MRS vem buscando tecnologias no mercado e, além de equipes técnicas de campo que atuam diariamente no monitoramento da faixa e mapeamento de ocupações, está desenvolvendo um projeto piloto de monitoramento via satélite e drones. Isso permite à Companhia melhor gestão e atuação célere para garantir a integridade da faixa e consequentemente segurança as comunidades lindeiras.

Em todos os processos de desocupação de faixas de domínio, a MRS utiliza de uma matriz de criticidade que permite a avaliação multidisciplinar dos trechos que demandam intervenções rápidas e assim estrutura-se os projetos de remoção das famílias ali ocupantes. Todo o processo é pautado no diálogo com a comunidade e poder público e busca-se soluções que possibilitem a essas famílias o reestabelecimento das condições de moradia.

No que diz respeito a projetos, o ano de 2023 se destacou, sendo a Companhia reconhecida e premiada pela ANTT com o Projeto Remoção e Reassentamento no Guarujá (SP), comunidade da Prainha. Em parceria com a prefeitura, a MRS colaborou para o reassentamento de mais de 400 famílias, nos últimos anos. O projeto foi reconhecido pela ANTT, no Prêmio Destaques 2023, devido à melhoria da qualidade de vida da população, garantindo acesso a serviços básicos de infraestrutura e saneamento. Para a operação ferroviária, a transferência das famílias resultou em redução significativa dos riscos operacionais no fluxo ferrovia/pátio/porto. A parceria público-privada, a partir da definição clara de papéis e responsabilidades, foi decisiva para uma nova dinâmica do território, com benefícios para todas as partes.

Além deste, o projeto de desocupação de faixa de domínio em Suzano (SP) teve continuidade em 2023 com a realização de serviço especializado para diagnóstico social (cadastro/relacionamento). O diagnóstico é fundamental para que a MRS conheça o perfil do público impactado, planeje melhor as fases de remoção e proponha alternativas mais aderentes à demanda local. A parceria com a prefeitura vai gerar avanços significativos no processo de remoção e reassentamento das famílias.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes além daquelas já mencionadas na seção 5 deste Formulário de Referência